

Artigo Original

Brincar e Infância em Região Fronteiriça

Playing and Childhood in Border Region

Luís Demétrio Broetto¹ e Juliana Fatima Serraglio Pasini²

1. Licenciado em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Especialista em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Bacharel em Letras/LIBRAS pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação na/para infância da universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua Portuguesa (TILSP) no Colégio Estadual Alberto Santos Dumont em Cafelândia/PR.

2. Doutora em Educação pela UNISINOS. Mestre em Educação pela UNIOESTE. Pedagoga pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas. Professora visitante da UNILA/ILAACH. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação na/para Infância (UNILA).

jfserraglio@gmail.com

Palavras-chave

Inclusão
Infância

Keywords

Childhood
Inclusion

Resumo:

O presente artigo é fruto da participação do autor no projeto de pesquisa universitária intitulado: “Brincar e infância na fronteira” da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), localizada em Foz do Iguaçu/PR. O objetivo deste artigo é socializar a experiência e atividades realizadas por meio do projeto de pesquisa, bem como contribuir para novas pesquisas que envolvam o tema “Brincar e Infância na Fronteira” e em especial refletir sobre a infância e brincar da pessoa com deficiência. O método utilizado foi o da análise bibliográfica e documental. Compreende-se a importância da temática e pesquisas na área, tendo em vista contribuir para o desenvolvimento de novas políticas para de inclusão da infância com deficiência na tríplice fronteira, Brasil, Paraguai e Argentina, em especial no município de Foz do Iguaçu. Os resultados alcançados demonstram que embora haja um substancial amparo legal no que se refere à infância e ao brincar como direito, na prática a realidade não condiz com o esperado e almejado, identificamos a escassez de pesquisas que retratem o brincar e a infância na fronteira em especial das crianças com deficiência, desse modo pouco se contribui para fomentar políticas públicas para essa finalidade.

Abstract:

This article is the result of the author's participation in the university research Project entitled: “Playing and childhood on the border” of the Federal University of Latin American Integration (UNILA), located in Foz do Iguaçu/PR. The objective of this article is to socialize the experience and activities carried out through the research Project, as well as to contribute to new research involving the theme “Playing and Childhood on the Border” and, in particular, reflecting on the childhood and playing of the person with disabilities. The method used was the bibliographic and documental analysis. The importance of the theme and research in the area is understood, with a view to contributing to the area is understood, with a view to contributing to the development of new policies for the inclusion of children with disabilities in the triple border, Brazil, Paraguay and Argentina, especially in the municipality of Foz do Iguaçu. The results achieved demonstrate that although there is substantial legal support regarding childhood and playing as right, in practice the reality does not match what was expected and desired, we identified the scarcity of research that portrays playing and childhood on the border in especially for children with disabilities, so little is contributed to promoting public policies for this purpose.

Artigo recebido em: 16.03.2022.

Aprovado para publicação em: 20.04.2022.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de participação no projeto de pesquisa “Brincar e Infância na Fronteira¹ da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). As atividades aconteceram remotamente por conta do período pandêmico, e iniciaram em Outubro de 2021. Esse projeto surge da necessidade de aproximar a Universidade e Comunidade Escolar, em especial os docentes e pesquisadores que tenham interesse em contribuir com o debate da infância, brincar e formação docente que residem na região fronteira, em especial em Foz do Iguaçu, localizada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

O projeto se desdobra em várias ações conforme o interesse dos membros participantes e pela temática de interesse. Inicialmente a participação das atividades da pesquisa se efetivou por meio de inscrições pelo Google Forms, e os participantes enviaram uma carta de intenção justificando seu interesse em participar das atividades a serem desenvolvidas.

As atividades do grupo de pesquisa estão em andamento, são dezesseis participantes, destes temos professores da Educação Básica e Superior, e estudantes da graduação em pedagogia, geografia e educação física. As atividades ocorrem a cada 21 dias, são encontros com duração de 2 a 3 horas, por meio das quais são debatidas produções científicas que envolvem o tema “Brincar e Infância na Fronteira”, além de realizar atividades formativas a fim de incentivar a formação do professor pesquisador, por meio de atividades que envolvem a indissociação entre teoria e prática.

Esse artigo tem por objetivo socializar a experiência e atividades realizadas por meio do projeto de pesquisa, bem como contribuir para novas pesquisas que envolvam o tema “Brincar e Infância na Fronteira” e em especial refletir sobre a infância e brincar da pessoa com deficiência.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base em levantamento de dados via portal de teses e dissertações da CAPES, portal de periódicos da CAPES, por meio de palavras-chave, a fim de identificar produção já existente acerca da temática. Identificamos que muitas são às pesquisas que tratam da infância e do brincar, entretanto, há escassez de pesquisas que incluam às crianças com deficiência, essa escassez é ainda maior quando se trata de identificar pesquisas que abordem a situações destes no contexto fronteiro. Dessa forma ressalta-se a importância e relevância do tema.

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO FRONTEIRIÇO E OS DADOS EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU/PR

De acordo com Nadai e Maurer (2017) “Fronteira em seu conceito primário, pode ser entendida como um limite territorial entre Estados, é a linha até onde o poder soberano atua” (NADAI & MAURER, 2017, p.1). Através deste primeiro excerto fica explicado o conceito pretendido e restringe o conceito à área pretendida, sem com isso dar margens para outras possíveis interpretações.

Foz do Iguaçu é um município brasileiro localizado na Região Oeste do Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil. Famoso destino turístico brasileiro que possui atrativos naturais, também umas das maiores e mais

importantes usinas hidrelétricas do planeta, Itaipu Binacional; que gera energia elétrica para parte dos países do Brasil e do Paraguai.

Segundo os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, há neste município uma população total de 256.088 (duzentos e cinquenta e seis mil e oitenta e oito) habitantes (BRASIL, 2010). Isto faz com que Foz do Iguaçu seja a 7ª cidade mais populosa do Estado do Paraná.

Segundo dados do Ministério da Educação de 2021, o Estado do Paraná possui quase 99% (noventa e nove por cento) de matrículas escolares em sua Rede Estadual e pouco mais de 1% (um por cento) nas Redes Municipais, ficando atrás somente do Distrito Federal (DF) (BRASIL, 2022, p. 9). Ainda no mesmo documento é possível notarmos que as taxas de aprovação estudantil no Estado do Paraná figuram entre as mais altas no Brasil, variando de 95,1% (noventa e cinco vírgula um por cento) até 100% (cem por cento); em algumas poucas Regiões Estaduais varia de 90,1% (noventa vírgula um por cento) até 95,0% (noventa e cinco vírgula zero por cento) (BRASIL, 2022, p. 10).

No que diz respeito à Educação Especial, o número de educandos matriculados nesta modalidade de ensino em 2021 foi de 1,4 milhão de estudantes, o que representou um aumento de quase 27% (vinte e sete por cento) se comparado com o ano de 2017. Se for considerada a faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade, o número de educandos incluídos também aumentou substancialmente, passando de 90,8% (noventa vírgula oito por cento) em 2017 para 93,5% (noventa e três vírgula cinco por cento) em 2021 (BRASIL, 2022, p. 13).

Segundo Ribeiro (2015) apud Von Boristel (2013):

A situação evidenciada pelas fronteiras e seus habitantes demonstram que estas vão além de limites cartográficos e de poder, são também espaços de interação linguístico-cultural, social, étnica e política, o que as caracteriza como *fronteiras geográficas enunciativas* (RIBEIRO, 2015, grifos do original).

Através do excerto anterior, fica caracterizada a riqueza identitária e culturais presentes em uma localidade como uma região fronteiriça. Também pode-se confirmar o exposto através das palavras de Berger (2010) p.118:

Andar pelas ruas do município de Foz do Iguaçu, localizado no extremo oeste do Paraná, é um constante exercício de desconstrução do mito de que o Brasil é um país monolíngue. Além de se caracterizar pela sua exuberância natural, a cidade apresenta enorme riqueza linguística e cultural, abrigando cerca de 80 (oitenta) nacionalidades diferentes dentre os seus 325.137 (trezentos e vinte e cinco mil cento e trinta e sete) habitantes em uma área total de 617,70 (seiscentos e dezessete vírgula setenta) km² (BERGER, 2010, p. 118) (FOZ DO IGUAÇU, 2010).

É incontestável a importância da troca cultural para o enriquecimento pessoal de todos os envolvidos e a quebra de barreiras e atitudes que devem ser superadas. Outro dado importante de ser mencionado aqui é o de que no ano de 2021, foram registradas 46,7 milhões de matrículas nas 178, 4 mil escolas de educação básica do Brasil, aproximadamente 627 mil matrículas a menos em comparação com 2020, correspondente a uma redução de 1,3% (um vírgula três por cento) no total de matrículas, tal queda dificulta a tão desejada e necessária universalização do ensino (BRASIL, 2022, p. 8).

De acordo com os dados obtidos no site do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no Município de Foz do Iguaçu, em 2020, eram 1.199 (mil cento e noventa e nove) educandos em Classes Especiais, na Região eram 1.684 (mil seiscentos e oitenta e quatro), e no Estado, eram 42.650 (quarenta e dois mil seiscentos e cinquenta) (IPARDES, 2022).

No tocante à Foz do Iguaçu, os dados obtidos são os seguintes: deficiência visual 45.900 (quarenta e cinco mil e novecentos); deficiência auditiva/surdez 11.646 (onze mil seiscentos e quarenta e seis); deficiência física 16.306 (dezesseis mil trezentos e seis); deficiência intelectual 4.135 (quatro mil cento e trinta e cinco) (IPARDES, 2022, p. 13).

Apenas a título de comparação com o município de residência do autor do presente artigo, Cafelândia, segundo dados também obtidos no site do IPARDES, possuía em 2020, 83 (oitenta e três) educandos em Classe Especial, sendo 1.585 (mil quinhentos e oitenta e cinco) na Região, e 42.650 (quarenta e dois mil seiscentos e cinquenta) no Estado (IPARDES, 2022, p. 13).

Segundo os dados do IPARDES, em Cafelândia, são: 1.695 (mil seiscentos e noventa e cinco) pessoas com deficiência visual; 565 (quinhentos e sessenta e cinco) com deficiência auditiva/surdez; 787 (setecentos e oitenta e sete) com deficiência física; 131 (cento e trinta e uma) com deficiência intelectual (IPARDES, 2022, p. 13).

Tais diferenças numéricas evidenciam a grandiosidade da importância de estudos como o que ora apresenta-se e a discrepância entre ambos os municípios estando na mesma Região Geográfica do Estado.

É possível perceber que não há nos dados estatísticos do já referido Instituto acerca de educandos com deficiência em salas regulares, a falta destes indica a necessidade de pesquisa e produções que possam auxiliar na caracterização do número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular, a fim criar políticas educacionais com a finalidade de promover melhorias nas condições de ensino e aprendizagem desses alunos e dos seus respectivos professores.

De acordo com o Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, em seu CAPÍTULO I, Art. 4º, incisos de I a V, conceitua o que a legislação nacional entende e considera como sendo pessoa com deficiência (BRASIL, 1999).

Note-se também que no texto legal, há ainda presente de modo muito forte as questões da integração e da pessoa “portadora” de deficiência, fato que demonstra o atraso dos / legisladores, das / legisladoras em atualizarem seus conceitos e vocabulário em relação à área.

Buscando esclarecer definitivamente estes dois conceitos usados erroneamente, apresentamos a explicação de cada um dos conceitos já mencionados, presentes no Mini Dicionário Aurélio, sendo que integrar é um léxico de origem do Latim, integrare, verbo transitivo direto, **1.** Tornar inteiro; completar; integralizar. **2.** Fazer parte de. **3.** Juntar. **4.** Tornar-se parte integrante; incorporar-se (FERREIRA, 2010, p. 432).

Portador é um léxico também com origem no Latim, portatore, **1.** Que leva ou traz algo consigo ou em si. **2.** Aquele que, em nome de outrem, ou não, leva algo a qualquer destino. **3.** Num semicondutor, a entidade (elétron, ou ausência dele na estrutura do material) por meio da qual se dá o transporte da carga elétrica. **4.** Indivíduo em cujo organismo está presente germe causador de doença infecciosa, e que pode ser transmissor desta, mesmo sem estar doente. **Portador de carga** (grifo do original). Portador (3). **Portador de necessidades especiais** (grifo do original). Educ. Diz-se de indivíduo que necessita de recursos educativos especializa-

dos para minimizar suas dificuldades ou desenvolver seu potencial, por ter algum tipo de deficiência ou alta habilidade (FERREIRA, 2010, p. 600).

Percebe-se que até mesmo no dicionário, a ideia de “portabilidade” é bastante presente, porém, isto significa que quem está na condição de “portador” em algum momento deixará de sê-lo. Ainda no mesmo dispositivo legal, em sua **Seção V** (grifo do original), Arts. 46 a 48 e seus respectivos incisos, tratam da Cultura, do Desporto, do Turismo e do Lazer (BRASIL, 1999).

Também a Lei Federal nº 11.982, de 16 de julho de 2009, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a adaptação de parte dos brinquedos e equipamentos dos parques de diversões às necessidades das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Eis a redação do Art. 4º:

Parágrafo único. Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível (BRASIL, 2009).

Nota-se que há amparo legal para a garantia do Direito Constitucional da criança com deficiência ao brincar, o que falta é este ser verdadeiramente efetivado na prática.

Também é possível analisarmos que a legislação é ambígua em sua essência; ao mesmo tempo em que garante o direito, não o assegura para todos; cito como exemplo as pessoas surdas ou mesmo as pessoas cegas que recebem as informações do mundo ao seu redor de modo diferente, e, que se as instruções de uso ou de como brincar com determinado brinquedo ou mesmo as informações referentes à segurança em brinquedos dos denominados “parques de diversões” não estiverem suficientemente claras, podem ocasionar sérios riscos a sua integridade física, e, até, em casos mais graves, ocasionar sua morte. Deste modo é urgentemente necessário pensarmos/repensarmos a inclusão no direito ao brincar, não somente do ponto de vista de assegurar o direito, que é sim importante e necessário, como também, proporcionar as condições adequadas para que este direito efetive-se em sua plenitude.

BRINCAR E INFÂNCIA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E TEÓRICAS

A importância do brincar para a criança é algo que ultrapassa o simples momento de lazer e de ludicidade que estão presentes. Através do brincar a criança socializa-se, estimula a imaginação e desenvolve as habilidades motoras, aprende a respeitar as regras e limites impostos na brincadeira, entre outros aspectos. Entende-se o brincar como uma atividade que ocorre ao longo dos anos, o brincar se transforma em novas formas de ver, entender e compreender o mundo, e os jeitos de brincar mudam.

A pesquisa de Wurdig (2007) apresenta dados que se referem ao conhecimento do brincar como uma ação lúdica que inclui brinquedos e brincadeiras, que por sua vez vão se estabelecendo ao longo do tempo e da cultura que a produz. Por estarmos localizados em uma fronteira trinacional, Brasil, Argentina e Paraguai, acreditamos que o brincar na fronteira tem marcas próprias, que são definidas na interação entre as diferentes culturas e sujeitos que por aqui circulam e se estabeleceram permanentemente neste local. Tendo em vista, que

[...] as crianças são agentes sociais, ativos e criativos [...] a infância – esse período socialmente construído em que as crianças vivem suas vidas – é uma forma estrutural [...] ou

uma parte da sociedade, com classes sociais e grupos de idade. Nesse sentido as crianças são membros e operadores de suas infâncias. Para as próprias crianças, a infância é um período temporário (CORSARO, 2011, p. 15).

A infância de acordo com Sarat (2012) deve ser entendida de acordo com seu contexto histórico, pois às mudanças relativas à reorganização social pela qual o Brasil passou no final do século XIX e início do século XX, onde surgem novos arranjos familiares, nova constituição do Estado e a reestruturação do sistema produtivo, incluindo os processos de escolarização devem ser consideradas. Essas mudanças possibilitam compreender a infância e entendê-la com períodos específicos e particulares de cada sociedade, tendo em vista que a infância é um tempo com características peculiares, que inclui tempo cronológico, marcado por diferenças culturais de cada grupo social. Em termos cronológicos a infância é marcada pela idade de 0 a 12 anos incompletos, de acordo com a Lei n. 8,069/90, normatizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A escola passa a ser um ambiente privilegiado, onde as diferentes culturas se encontram, e por meio do brincar às crianças aprendem novos conceitos, novas línguas, novas formas de interagir com o outro e com o mundo, pois elas são sujeitos sociais, ativos e criativos que transformam a infância constantemente. Mas para que essa interação aconteça, é necessário que o Projeto Político-Pedagógico da escola reconheça esse multiculturalismo presente no espaço escolar. Se a língua do sujeito fronteiriço é por vezes ignorada pelo contexto escolar como aponta a pesquisa de Diniz-Pereira; Tallei (2021) nos preocupa investigar como é vista e incluída a criança com deficiência nas atividades que envolvem brincar na fronteira.

Para tanto, nessa primeira etapa da pesquisa foram realizados levantamentos teóricos, a fim de identificar quais pesquisas retratam o brincar e a infância na fronteira e quais incluem a pessoa com deficiência. Nesse sentido, foram levantados referenciais teóricos no banco de teses e dissertações e portal de periódicos da CAPES, utilizando as seguintes palavras-chave: brincar; infância; deficiência; fronteira.

A primeira pesquisa foi realizada no banco de teses e dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chave citadas, foram encontrados na primeira busca 34.721 trabalhos publicados em programas de pós-graduação (mestrados e doutorados). Dado o volume de trabalhos publicados realizamos refinamento na plataforma, selecionamos apenas os trabalhos na área da Educação e em Programas de Educação, do total ficamos com 5.541 trabalhos. Destes foram excluídos os trabalhos que não tratam de pesquisa com crianças ou sobre a infância em contextos fronteiriços. A seleção dos trabalhos se efetivou primeiro pela leitura do título, na sequência resumo e palavras-chave.

Muitos trabalhos retratam o brincar e a infância em suas pesquisas, referem-se a estudos de caso e práticas pedagógica e formação de professores, no entanto a fazer a associação do brincar, infância e criança com deficiência, os estudos referem-se a estudos de caso e mapeamento de atividades específicas para pessoa com deficiência física, visual, ou casos como autismo e outras dificuldades de aprendizagem. Não foram encontrados trabalhos que tratem do brincar, da infância e da pessoa com deficiência em contextos de fronteira. Esse dado nos revela a ausência de estudos de caso na área, além da dificuldade em mapear ações e políticas para a criança com deficiência residente em regiões fronteiriças.

Foram encontradas apenas duas pesquisas que tratam do brincar e infância na fronteira, entretanto elas não incluem a questão da criança com deficiência na pesquisa. Mas foram considerados tendo em vista sua contribuição para com os estudos a serem desenvolvidos na pesquisa em andamento, a fim de mapear as práticas que envolvem brincar e infância na fronteira, e identificar quais são desenvolvidas para inclusão da criança com deficiência.

Quadro 1. Teses e Dissertações referentes a temática: Brincar e infância na Fronteira e a Inclusão da pessoa com deficiência.

Título/Tipo	Autor /ano	Objetivos	Tipo de Estudo
<i>“Profe, tem trabalho ou a gente pode brincar?” A percepção do que é trabalho na educação infantil: estudo de caso na fronteira Brasil/Uruguai</i>	Dynara Martinez Silveira (UFRGS- 2020)	Compreender os aspectos objetivos e subjetivos, em espaços escolares e familiares, que perpassam cotidianamente a vida das crianças da Educação Infantil, oriundas do Brasil e Uruguai.	Pesquisa bibliográfica e pesquisa participante, material empírico referente às turmas de crianças de 05/06 anos da Educação Infantil, das cidades situadas na fronteira entre Jaguarão/ Rio Grande do Sul - Brasil e Rio Branco/ Cerro Largo -Uruguai.
As crianças da Ponte: o trabalho das crianças e adolescentes no comércio fronteiriço de Foz do Iguaçu	Valdirene Reimann (UNIOESTE, 2013)	Retratar às influências da fronteira na infância de crianças e adolescentes explorados pelo trabalho infantil na fronteira Foz do Iguaçu/Brasil e Ciudad Del Lest/Paraguai.	Pesquisa de campo, com entrevistas às famílias, crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil,

Fonte: Organização dos autores (2022).

As pesquisas identificadas no banco de teses e dissertações da CAPE, apontam a relevância do estudo e necessidade de pesquisas que publiquem dados sobre a infância e seus desdobramentos no contexto da fronteira. Assim, teremos dados que contribuirão para o desenvolvimento de políticas públicas com vista a atender a criança na fronteira, em especial no que se refere a viver uma infância com qualidade (qualidade de vida, qualidade de moradia, qualidade de espaço para brincar e se desenvolver).

A pesquisa de Diniz-Pereira; Tallei (2021), sobre “A dimensão da formação permanente de docentes que atuam nas escolas de fronteira”, revela o quanto às escolas de fronteira tornam invisíveis o aluno fronteiriço desde os primeiros anos de escolaridade. Para que a escola possa desenvolver propostas e um Projeto Político-Pedagógico que considere a realidade local e essas crianças sejam verdadeiramente incluídas nas atividades pedagógicas, é preciso mapear quem são as crianças que vivem na fronteira e estudam nas escolas de fronteira.

Realizamos uma busca no portal de periódicos da CAPES, a fim de identificar artigos que retratam a questão da infância na fronteira, em especial da criança com deficiência. Para tanto, foram utilizadas as mesmas palavras-chave utilizadas no banco de teses e dissertações da CAPES. Foram encontrados 291 artigos, com às palavras-chaves: brincar, infância, deficiência, e ao incluir a palavra-chave fronteira, esse número de pesquisas reduziu para 52 resultados. A seleção dos artigos para leitura, foram realizados da seguinte forma: primeira leitura e análise do título, resumo, palavras-chave, após essa análise não foram encontrados artigos que tratem do brincar e infância das crianças com deficiência em regiões fronteiriças.

Os artigos encontrados versam sobre as políticas educacionais e públicas para a primeira infância, vulnerabilidade das crianças, avaliação e diagnósticos de crianças com deficiência, formação de professores, a prática pedagógica dos professores na/para Educação Infantil, políticas de educação comparada entre a Educação Básica no Brasil e Suécia, entre outras temáticas.

Os artigos científicos por vezes são resultados de pesquisas fruto de participação em grupos de pesquisa, projetos de extensão e outras atividades que poderão contribuir para com a pesquisa em desenvolvimento, mas infelizmente não foram encontrados artigos que tratem especificamente da temática dessa pesquisa.

Evidenciamos a importância do estado da arte para realização de pesquisas científicas, já que este contribuirá para que o pesquisador possa identificar pesquisas já realizadas, possibilidades e contribuições para a pesquisa em andamento, bem como identificar autores e outros pesquisadores que já trilham esse caminho em outros espaços de formação.

CONCLUSÃO

Esse artigo buscou socializar as experiências e atividades realizadas pelo projeto de pesquisa em andamento “Brincar e Infância na Fronteira”. Bem como, contribuir com a reflexão de quais são necessárias novas pesquisas que retratem a infância e o brincar na fronteira e em específico que abordem a inclusão da criança com deficiência nos espaços de/para infância.

A pesquisa revela a ausência de pesquisas que tratem especificamente do brincar e infância da criança com deficiência em regiões fronteiriças, reforçando a necessidade de que esse caminho seja trilhado e percorrido por novos e velhos pesquisadores.

Cabe assim, indicar que novas pesquisas sejam realizadas a fim de mapear o brincar e a infância da criança com deficiência nas regiões de fronteiras, para que possamos contribuir com a criação de políticas públicas para atender esses sujeitos na fronteira, propor programas de formação continuada aos docentes que atendem essas crianças no contexto escolar, além de refletir sobre as condições de atendimento da criança com deficiência em especial na tríplice fronteira.

NOTA

1. Coordenada pela Professora Doutora Juliana Fatima Serraglio Pasini (UNILA).

REFERÊNCIAS

BERGER. Isis Ribeiro. Ideação. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste** - Campus de Foz do Iguaçu. v. 12 nº 2. 2º semestre de 2010. **O Ensino De Língua Estrangeira em Foz do Iguaçu: por uma política sensível à tríplice fronteira.** p. 118.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 07 de março de 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. p. 9.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. p. 10.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Censo da Educação Básica 2021: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022. p. 13.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasil/Paraná/Foz do Iguaçu. Censo. Sinopse. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/foz-do-iguacu/pesquisa/23/25207?tipo=ranking>>. Acesso em: 04 de março de 2022.

DINIZ-PEREIRA, J. E. TALLEI, J. I. A dimensão da formação permanente de docentes que atuam nas escolas de fronteira. In.: **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.16, n.4, p.2263-2278, out./dez. DOI: <http://doi.org/10.21723/riaee.v16i4.14941>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; coordenação de edição Marina Baird Ferreira. 8. ed. - Curitiba: Positivo, 2010, p. 432 e 600.

FOZ DO IGUAÇU, **Prefeitura do Município**. Secretaria Municipal de Turismo. Foz do Iguaçu, 2010. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home_turismo/>. Acesso em: 01 jun. 2010.

NADAI de, Vanessa Passino. MAURER, Rodrigo Ferreira. CONCEITO DE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE GEOPOLÍTICA E GLOBAL. In. **Anais do 9º SALÃO INTERNACIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO** - SIEPE Universidade Federal do Pampa | Santana do Livramento, 21 a 23 de novembro de 2017.

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Caderno Estatístico Município de Cafelândia. Cafelândia. 2022. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85415&btOk=ok>>. p. 13.

PARANÁ. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Caderno Estatístico Município de Foz do Iguaçu. 2022. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85850&btOk=ok>>. p. 13.

RIBEIRO, Simone B. C. **Língua(s) de fronteira**: o ensino da Língua Espanhola em Guaíra, Paraná. 2015. 259 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2015.

